

Azul
SEGUROS**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Aclionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2013 R\$ 1.824,7 milhões, aumento de R\$ 460,4 milhões ou 33,7% em relação aos R\$ 1.364,3 milhões do ano anterior. **Despesas administrativas e com tributos:** As despesas administrativas totalizaram em 2013 R\$ 142,8 milhões, com aumento de R\$ 27,4 milhões ou 24,4% sobre o montante de R\$ 118,4 milhões em 2012. Essa variação deve-se principalmente pelo aumento de R\$ 13,6 milhões ou 22,3% das despesas de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do conglomerado, e parcialmente pelo aumento de R\$ 3,3 milhões ou 10,4% com pessoal próprio em função do aumento por acordo coletivo e crescimento de 7,2% no quadro de funcionários, devido à expansão dos negócios. As despesas com tributos totalizaram em 2013 R\$ 34,9 milhões, com aumento de R\$ 8,9 milhões ou 34,2% sobre o montante de R\$ 26,0 milhões em 2012. **Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2013 R\$ 138,2 milhões, com um aumento de R\$ 6,6 milhões, ou 5,0% em relação aos R\$ 131,6 milhões em 2012 devido a: (i) as receitas com aplicações financeiras totalizaram em 2013 R\$ 71,0 milhões, com uma redução de R\$ 3,7 milhões, ou 4,9% em relação aos R\$ 74,7 milhões em 2012, que decorre da redução da taxa efetiva para 7,17% em 2013 em relação aos 10,30% em 2012, compensada pelo aumento de 29,7% nas aplicações financeiras médias para R\$ 1.001,4 milhões em 2013, em relação aos R\$ 772,0 milhões em 2012 e (ii) as outras receitas financeiras totalizaram R\$ 67,2 milhões em 2013, com aumento de R\$ 10,3 milhões, ou 18,1% em relação aos R\$ 56,9 milhões em 2012. As despesas financeiras totalizaram em 2013 R\$ 9,7 milhões, com um aumento de R\$ 3,6 milhões, ou 59,0% em relação aos R\$ 6,1 milhões em 2012. **Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas

administrativas e despesas com tributos, sobre prêmios ganhos), em 2013 foi de 90,6%, redução de 13,5 pontos percentuais em relação aos 104,1% do ano anterior. Esta redução ocorre, principalmente, da redução de 10,9 pontos percentuais no índice de sinistralidade para 61,6% em 2013, em relação aos 72,5% do ano anterior, da redução de 1,5 ponto percentual no índice de despesas de comissionamento, para 18,0% em 2013, em relação aos 19,5% do ano anterior, e pela redução de 1,3 pontos percentuais no índice de despesas administrativas e com tributos, para 11,0% em 2013, em relação aos 12,1% do ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2013 foi de 82,6%, redução de 11,0 pontos percentuais em relação aos 93,6% do ano anterior. **Lucro líquido do período:** O lucro líquido totalizou em 2013 R\$ 143,6 milhões, registrando um aumento de 96,9% sobre os R\$ 72,9 milhões obtidos em 2012. **Distribuição de dividendos:** De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **Perspectivas:** No cenário internacional, 2013 pode ser descrito como um ano de transição, na medida em que os temores de possíveis colapsos de economias como a chinesa e a europeia, que permearam boa parte do ano anterior foram gradualmente eliminados, ao mesmo tempo em que se consolidou uma visão mais positiva quanto à aceleração do ritmo de expansão econômica nos EUA. Para 2014, a perspectiva é de crescimento mundial mais robusto, liderado pelas economias mais maduras, ao passo que vários países emergentes se defrontam com um ambiente econômico e político mais instável. Internamente, o crescimento econômico de 2013 continuou apresentando um ritmo de expansão bastante modesto, ainda que ligeiramente superior ao registrado no ano anterior. Para 2014, a expectativa é de manutenção de um baixo dinamismo da atividade, em que a expansão do consumo e do investimento mostra uma desaceleração enquanto que o câmbio mais desvalorizado e um maior crescimento global tendem a favorecer as exportações líquidas. Quanto à

inflação, o IPCA praticamente repetiu em 2013 (5,9%) a mesma alta registrada em 2012 (5,8%), quadro que não deverá se alterar significativamente ao longo de 2014, que deverá mostrar uma variação do principal índice inflacionário ainda muito próxima da casa dos 6%. Em função dessa grande persistência inflacionária, o Banco Central iniciou um ciclo de aperto monetário que levou a taxa Selic para o patamar de 10% ao final de 2013 e tal movimento de elevação da taxa básica de juros deverá ser finalizado no início de 2014 com a Selic ao redor de 11%. A Companhia encerrou o ano de 2013 apresentando um satisfatório crescimento de prêmios com uma significativa redução na sinistralidade, favorecidos por uma estratégia focada na recomposição das margens, melhoria nos critérios de seleção de riscos e expansão regional. No mercado de seguro de automóvel a competição permaneceu estável, colaborando para o nosso crescimento de itens segurados. Além disso, o resultado operacional recorrente de 2013, superou em mais de 2 vezes o valor do ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores. Portanto, a Companhia dará continuidade à busca de crescimento com lucratividade, mantendo subscrições conservadoras por meio de linhas de produtos lucrativas em áreas geográficas favoráveis, mantendo os investimentos e a qualificação dos processos de atendimentos a corretores e clientes e a gestão de custos administrativos. **Agradecimentos:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2014
A Administração**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012 (Em milhares de reais)**

Ativo	Notas explicativas	1º de			Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas	1º de		
		2013	2012	de 2012			2013	2012	de 2012
Circulante		1.510.923	1.401.142	1.104.933	Circulante	1.343.911	1.098.582	856.101	
Disponível		19.949	12.632	6.515	Contas a pagar	16	122.209	81.055	
Caixa e bancos	5	19.949	12.632	6.515	Obrigações a pagar	16.1	73.023	40.648	
Equivalente de caixa	5	77.136	67.108	182.011	Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	33.628	27.666	
Aplicações	6.1.1	802.543	806.484	506.425	Encargos trabalhistas	16.3	2.165	1.997	
Créditos das operações com seguros e resseguros		413.061	340.054	259.809	Impostos e contribuições	9.3	11.878	8.769	
Prêmios a receber	7.1	412.881	339.847	259.436	Outras contas a pagar	16.4	1.515	1.975	
Operações com seguradoras		-	10	11	Débitos de operações com seguros e resseguros	17	60.819	71.721	
Operações com resseguradoras		180	197	362	Prêmios a restituir		89	55	
Outros créditos operacionais	7.2	9.323	18.208	15.603	Operações com seguradoras		-	205	
Ativos de resseguro - provisões técnicas		3.640	1.802	1.438	Operações com resseguradoras		-	1.158	
Títulos e créditos a receber		808	947	834	Corretores de seguros e resseguros		48.553	40.416	
Títulos e créditos a receber	8	499	423	389	Outros débitos operacionais		12.177	29.887	
Créditos tributários e previdenciários	9.1	57	75	77	Depósitos de terceiros	18	13.597	8.201	
Outros créditos	9.5	252	449	368	Provisões técnicas - seguros	19	1.145.717	936.119	
Outros valores e bens	10	26.944	35.205	36.186	Danos	19.1	1.142.582	933.640	
Bens à venda		26.342	34.879	36.108	Pessoas	19.2	3.135	2.479	
Outros valores		602	326	78	Provisões técnicas - previdência complementar	20	1.569	1.486	
Despesas antecipadas		1.269	1.091	671	Planos bloqueados		1.569	1.486	
Custos de aquisição diferidos	11	156.250	117.611	95.441	Não circulante		87.613	84.980	
Seguros		156.250	117.611	95.441	Contas a pagar		9.477	10.141	
Outros valores		365.944	119.591	123.495	Obrigações a pagar	16.1	1.210	2.664	
Realizável a longo prazo		239.172	1.244	1.226	Tributos diferidos	9.2	8.207	7.417	
Aplicações	6.1.2	239.172	1.244	1.226	Outras contas a pagar		60	60	
Títulos e créditos a receber		126.636	118.210	122.214	Outros débitos a pagar		78.136	74.839	
Títulos e créditos a receber	8	209	209	209	Provisões judiciais	21	78.136	74.839	
Créditos tributários e previdenciários	9.1	42.917	39.331	37.233	Patrimônio líquido	22	477.962	372.269	
Depósitos judiciais e fiscais	9.4	77.406	72.089	78.695	Capital social		200.000	180.000	
Outros créditos operacionais	9.5	6.104	6.581	6.077	Reserva de capital		-	14.323	
Despesas antecipadas		136	137	55	Reserva de reavaliação		3.648	3.742	
Investimentos		9.571	9.379	9.625	Reserva de lucros		275.940	174.761	
Participações societárias	12	688	679	744	Ajuste de avaliação patrimonial		(1.626)	(557)	
Imóveis destinados à renda	13	8.883	8.700	8.881	Total do passivo e patrimônio líquido		1.909.486	1.555.831	
Imobilizado	14	22.256	25.279	28.986			1.267.596		
Imóveis de uso próprio		14.307	14.981	15.758					
Bens móveis		7.332	9.677	12.455					
Outras imobilizações		617	621	773					
Intangível		792	440	557					
Outros intangíveis	15	792	440	557					
Total do ativo		1.909.486	1.555.831	1.267.596					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial / Outros acumulados	Lucros	Total
		Capital social	Reserva de capital reavaliada	Reserva de reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2012		150.000	14.323	3.835	16.901	134.890	(277)	319.672
Aumento de capital:								
AGO/E de 31 de março de 2012	22 a	30.000	-	-	(30.000)	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização parcial por depreciação	22 c	-	-	(93)	-	-	93	-
Ajustes de avaliação patrimonial							(280)	(280)
Lucro líquido do exercício							72.917	72.917
Reserva legal					3.646		(3.646)	-
Dividendos mínimos							(2.040)	(2.040)
Dividendos - R\$ 0,11 por ação								
Juros sobre capital próprio - R\$ 1,00 por ação ordinária (R\$ 0,85 líquido de IR)							(18.000)	(18.000)
Reserva estatutária					49.324		(49.324)	-
Em 31 de dezembro de 2012		180.000	14.323	3.742	20.547	154.214	(557)	372.269
Aumento de capital:								
AGO/E de 28 de março de 2013	22 a, b	20.000	(14.323)	-	(5.677)	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização parcial por depreciação	22 c	-	-	(94)	-	-	94	-
Ajustes de avaliação patrimonial						(1.069)	(1.069)	-
Lucro líquido do exercício							143.628	143.628
Reserva legal	22 d	-	-	-	7.181	-	(7.181)	-
Dividendos mínimos							(18.666)	(18.666)
Dividendos - R\$ 1,04 por ação	22 f	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio - R\$ 1,01 por ação ordinária (R\$ 0,86 líquido de IR)	22 f	-	-	-	-	-	(18.200)	(18.200)
Reserva estatutária	22 d	-	-	-	84.675	-	(84.675)	-
Dividendos adicionais propostos	22 f	-	-	-	15.000	-	(15.000)	-
Em 31 de dezembro de 2013		200.000	-	3.648	27.728	248.212	(1.626)	477.962

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Notas explicativas	2013	2012
Prêmios emitidos líquido		1.824.792	1.365.116
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	(189.084)	(179.385)
Prêmios ganhos	24	1.635.708	1.185.731
Receita com emissão de apólices		3.242	82.336
Sinistros ocorridos	25	(1.007.841)	(860.511)
Custo de aquisição	26	(294.499)	(231.509)
Outras receitas e despesas operacionais	27	(43.580)	(38.919)
Resultado com resseguro		2.865	1.026
Receita com resseguro		2.876	1.574
Despesas com resseguro		(11)	(548)
Despesas administrativas	28	(142.857)	(118.419)
Despesas com tributos	29	(34.992)	(26.095)
Resultado financeiro	30	128.447	125.483
Resultado patrimonial	31	2.707	2.690
Resultado operacional		249.200	121.813
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(20)	(36)
Resultado antes dos impostos e participações		249.180	121.777
Imposto de renda	9.3.1	(54.308)	(23.978)
Contribuição social	9.3.1	(32.477)	(13.967)
Participação sobre o lucro		(18.767)	(10.915)
Lucro líquido do exercício		143.628	72.917
Quantidade de ações		17.990.140	17.990.140
Lucro líquido por ação - R\$		7,98	4,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	143.628	72.917
Outros lucros abrangentes	1.069	280
Ajustes de títulos e valores mobiliários	2.125	-
Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários (40%)	(850)	-
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(343)	467
Efeitos tributários sobre outros ajustes de avaliação patrimonial (40%)	137	(187)
Total dos lucros abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	144.697	73.197
Atribuível a Aclionistas da Companhia	144.697	73.197

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Receitas	1.862.466	1.495.664
Receitas com operações de seguros	1.824.792	1.365.116
Outras	39.975	130.847
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão (constituição)	(2.301)	(299)
Variação das provisões técnicas	(189.084)	(179.385)
Operações de seguros (*)	(189.084)	(179.385)
Receita líquida operacional	1.673.382	1.316.279
Benefícios e sinistros	(1.004.965)	(858.937)
Sinistros (*)	(1.004.965)	(858.937)
Insumos adquiridos de terceiros	(474.762)	(400.151)
Materiais, energia e outros	(167.234)	(163.289)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(346.412)	(258.999)
Variação das despesas de comercialização diferidas	38.884	22.156
Valor adicionado bruto	193.655	57.191
Retenções		
Depreciação e amortização	(2.330)	(2.474)
Valor adicionado líq. produzido pela entidade	191.325	54.717
Valor adicionado recebido em transferência	138.256	131.693
Receitas financeiras	138.230	131.637
Resultado de equivalência patrimonial	26	56
Valor adicionado a distribuir	329.581	186.410
Distribuição do valor adicionado	329.581	186.410
Pessoal e encargos	49.123	38.682
Remuneração direta	19.182	17.841



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	1.821.262	1.437.300
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	157.123	112.339
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(1.352.048)	(1.103.042)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(183.329)	(167.264)
Pagamentos de despesas e obrigações	(53.484)	(47.356)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(4.571)	(246)
Outros pagamentos operacionais	(23.798)	(9.519)
Recebimentos de juros e dividendos	1.114	1.264
Constituição de depósitos judiciais	(1.892)	(4.835)
Pagamentos de participações nos resultados	(5.879)	(4.817)
Caixa gerado pelas operações	354.498	213.824
Impostos e contribuições pagos:		
Investimentos financeiros	(159.816)	(218.214)
Aplicações	(950.448)	(643.733)
Vendas e resgates	790.632	425.519
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	37.277	(90.372)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra	(2.489)	(2.652)
Imobilizado	(2.061)	(2.652)
Intangível	(428)	-
Recebimento pela Venda	17	-
Investimentos	2	-
Imobilizado	15	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.472)	(2.652)
Atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(17.461)	(15.762)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(17.461)	(15.762)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	17.344	(108.786)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	79.740	188.526
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	97.084	79.740
Ativos livres no início do exercício	218.280	162.662
Ativos livres no final do exercício	426.519	218.280
Aumento (redução) das aplicações financeiras - recursos livres	208.239	55.618
Conciliação do lucro líquido do semestre com fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	143.628	72.917
Aumento dos itens que não afetam caixa	2.026	2.082
Depreciação e amortizações	2.330	2.474
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	(307)	(372)
Resultado de equivalência patrimonial	(17)	(56)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	20	36
Redução de ativos	(310.109)	(401.157)
Aumento de passivos	201.732	235.786
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	37.277	(90.372)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada na Av. Rio Branco, 80, 16º ao 20º andares - Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas, conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob a sigla PSSA3.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto para os itens descritos na nota explicativa nº 2.1.2.

2.1 Base de preparação

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, determinação do valor justo de ativos e passivos, provisão para redução ao valor recuperável de créditos ("impairment"), imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 13 de fevereiro de 2014.

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP, segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 464/13, e de acordo também com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela SUSEP, no que não contrariarem as disposições contidas nesta circular.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas serão apresentadas até 15 de março de 2014, conforme facultado pela Circular SUSEP nº 464/13. Contudo, as demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro foram apresentadas pela sua controladora Porto Seguro S.A., conforme CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

2.1.2 Normas e alterações de normas

O CNSP emitiu a Resolução CNSP nº 264/12 que extinguiu a cobrança dos custos de apólice separada do prêmio. A receita com tais custos totalizaram R\$ 79.299 no exercício de 2012, registrada na rubrica "Receita com emissão de apólices" na Demonstração do Resultado. Em 2013, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 462/13 que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas do mercado segurador. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG passou a ser calculada líquida da parcela do prêmio definida como receita destinada à

recuperação dos custos iniciais de contratação e a Provisão de Sinistros a liquidar - PSL líquida da expectativa de recebimento de salvados. O montante de receita registrada no exercício decorrente de tal alteração foi de R\$ 65.918, registrada na rubrica "Prêmios emitidos" na Demonstração do Resultado.

Essa mesma Circular dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas, para o qual, qualquer insuficiência resultante do teste de adequação de passivos - TAP, passou a ser registrada como provisão complementar de cobertura - PCC, bem como, determinou que outras provisões técnicas, não relacionadas como aquelas

2.1.2.1 Ajustes e reclassificações

Os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 bem como as demonstrações dos resultados de 2012, foram ajustados nos seguintes itens, em atendimento à Circular SUSEP 464/13:

	Publicado 31/12/2012	Reclas-sificação	Reapresentado 31/12/2012	Publicado 01/01/2012	Reclas-sificação	Reapresentado 01/01/2012
Ativo						
Prêmios a receber (a) (i)	338.278	1.569	339.847	257.860	1.576	259.436
Custos de aquisição diferidos (a) (ii)	117.435	176	117.611	95.298	143	95.441
Crédito tributário e previdenciário (circulante e não circulante) (b) e (c) (ii)	71.334	(31.928)	39.406	68.784	(31.474)	37.310
Participação Societária (d)	1.923	(1.244)	679	1.970	(1.226)	744
Aplicações - Realizável a Longo Prazo (d)	-	1.244	1.244	-	1.226	1.226
Passivo						
Impostos e contribuições (b)	41.069	(32.300)	8.769	32.739	(31.659)	1.080
Corretores de seguros e resseguros (a) (ii)	40.240	176	40.416	31.851	143	31.994
Provisões técnicas - seguros (a) (i)	934.550	1.569	936.119	728.719	1.576	730.295
Obrigações a pagar (c) (i)	1.735	929	2.664	1.418	462	1.880
Ajuste de avaliação patrimonial (c)	-	(557)	(557)	-	(277)	(277)
Resultado						
Prêmios emitidos líquidos (a) (i)	1.363.547	1.569	1.365.116			
Variações das provisões técnicas de prêmios emitidos líquidos (a) (i)	(177.816)	(1.569)	(179.385)			

(a) A Circular SUSEP nº 464/13 alterou o fato gerador das receitas das seguradoras, sendo os prêmios emitidos, a partir desta Circular, contabilizados quando da emissão das apólices ou quando do início da vigência, o que ocorrer primeiro. Anteriormente o fato gerador era a vigência do risco, assim as apólices emitidas antes da vigência eram registradas em contas de compensação. O montante registrado em 31 de dezembro de 2012 e em 1º de janeiro de 2012, decorrente principalmente das alterações previstas abaixo:

(i) Registro de prêmio emitido de R\$ 1.569 (R\$ 1.576 em 1º de janeiro de 2012) na rubrica "Prêmios a receber" e "Prêmio emitido" e da respectiva PPNG na rubrica "Provisões Técnicas - seguros" e "Variação das Provisões Técnicas".

(ii) Registro de custos de aquisições de R\$ 176 (R\$ 143 em 1º de janeiro de 2012) nas rubricas "Custos de aquisição diferidos (ativo circulante)", "Custos de aquisição (resultado)" e "Débitos de operações de seguro e resseguro".

(b) Refere-se à alteração no plano de contas do mercado segurador, onde as antecipações de imposto de renda e contribuições social passaram a ser contabilizados como redutores dos respectivos passivos, no valor de R\$ 32.300 (R\$ 31.659 em 1º de janeiro de 2012).

(c) Adoção da IAS 19 (CPC 33) revisada, que dispõe sobre os benefícios a empregados. Os ajustes líquidos da adoção do IAS 19 efetuados no Patrimônio Líquido no montante de R\$ 557 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 277 em 1º de janeiro de 2012.

(i) Registro em decorrência da adoção da IAS 19 de R\$ 929 (R\$ 379 em 1º de janeiro de 2012) na rubrica "Obrigações a pagar" tendo como contrapartida a conta de "Ajustes de avaliação patrimonial".

(ii) Registro do IR e CS diferido do ajuste mencionado no item (i) acima, de R\$ 372 (R\$ 152 em 1º de janeiro de 2012) na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" tendo como contrapartida a conta "Créditos tributários e previdenciários (ativo não circulante)".

(d) Reclassificação de investimentos no IRB e DPVAT de R\$ 1.244 (R\$ 1.226 em 1º de janeiro de 2012) da rubrica "Participações societárias" para "Aplicações (não circulante)".

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço são reconhecidos no resultado do período, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros**(a) Classificação e mensuração**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**
Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado na data inicial de sua aquisição.

A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Títulos disponíveis para venda

São instrumentos financeiros não derivativos contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente no balanço (vide nota explicativa nº 2.6.2).

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem prêmios a receber de segurados, recebíveis de resseguro e demais contas a receber. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado, quando a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

2.5 Ativos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro (ativo). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pa-

gáveis em contratos de cessão de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos.

A Companhia verifica a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente e, no mínimo, a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de "impairment", a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

As perdas por "impairment" são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores.

2.6 Análise de recuperabilidade de ativos ("impairment")**2.6.1 Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (prêmios a receber de segurados)**

A Companhia avalia constantemente se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou grupo de ativos) esteja deteriorado ("impaired"). Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

• Base histórica de perdas e inadimplência.

• Quebra de contratos, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.

Para avaliação de "impairment" de ativos financeiros classificados nesta categoria a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, a Companhia os inclui em um grupo de ativos com características de risco de crédito similares ("ratings") internos, tipos de contrato de seguro, entre outros) e os testa em uma base agrupada. Para o teste agrupado a Companhia utiliza a metodologia conhecida como "modelo de rolagem". Os ativos individualmente significativos que são avaliados por "impairment" em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de "impairment" agrupado.

Os estudos econômicos de perda realizados consideram emissões feitas em períodos anteriores e eliminam eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

2.6.2 Ativos financeiros disponíveis para a venda

A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do exercício. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes.

2.6.3 Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida, imobilizados e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

2.7 Custo de aquisição diferido (DAC)

As comissões sobre prêmios emitidos e os outros custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices e são registrados na conta "Custos de aquisição diferidos".

continua *



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não difere custos indiretos de comercialização.

2.8 Participações societárias

A Companhia possui investimentos em sociedade controlada, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Outras participações societárias são registradas pelo custo e avaliadas por "impairment".

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

2.9 Ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

Os "softwares" e os sistemas de computadores adquiridos são reconhecidos e amortizados conforme sua vida útil.

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Também são contabilizados como ativos intangíveis os gastos relacionados a marcas e patentes, reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, com vida útil definida.

2.9.1 Ativo imobilizado de uso próprio

Compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos que não são depreciados) até a data das demonstrações financeiras. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis afim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 14. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

2.10 Ativos não financeiros mantidos para a venda

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda oriundos de estoques de bens salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor realizável, líquido das despesas que são de responsabilidade do comprador, como despesas de leilão do bem.

2.11 Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguro e financeiro ou ambos. Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para prestação de serviços, a automóbiles e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

Na data de reporte a Companhia não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

2.12 Passivos de contratos de seguros**2.12.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro**

A Companhia utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: (i) teste de adequação de passivos; (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, entre outras políticas aplicáveis.

A Companhia não aplicou os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA, descritas resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, calculada líquida da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em NTA e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL (administrativa e judicial) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, bruto de resseguro e líquido de cosseguro líquido da expectativa de recebimento de salvados. É constituída provisão adicional para sinistros a liquidar (Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNeR) com o objetivo de estimar os valores dos ajustes que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos respectivos processos de análise até sua liquidação. Essa provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no desenvolvimento histórico de sinistros, para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à seguradora até a data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais descritas em NTA com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro na seguradora, para os seguros de danos e de pessoas. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução CNSP nº 192/08, alterada pela Resolução CNSP nº 215/10.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

(f) As Outras Provisões Técnicas - OPT representam todas as provisões constituídas, que não se enquadram no rol de provisões destacadas na Resolução CNSP nº 281/2013, com autorização concedida pela SUSEP.

São calculadas com base em metodologia própria, prevista em NTA. Correspondem ao valor agregado da seguinte provisão técnica: Provisão de Oscilação de Riscos - POR.

2.12.2 Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11 e disposto na Circular SUSEP nº 457/12, em cada data de balanço a Companhia elabora o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo). Para o teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades (ou características de risco). Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco.

Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, a Companhia registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

Alguns contratos permitem que a Companhia adquira a titularidade sobre o ativo ou o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). A Companhia também tem o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Conseqüentemente, estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídas como um redutor na avaliação (estimativa do fluxo de pagamentos dos contratos de seguros) e, conseqüentemente, na execução do TAP.

Quando o ativo é recuperado em data subsequente à ocorrência do sinistro, a Companhia classifica o ativo na categoria de "bens à venda".

Como conclusão dos testes realizados, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados.

2.13 Demais passivos

Fornecedores e outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo e acrescidos de encargos e atualizações incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

2.14 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina o plano de previdência complementar, administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, que é classificado como um plano de contribuição variável. Adicionalmente, a Companhia oferece benefícios pós-emprego de seguro-saúde, seguro de vida e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, também foram calculados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e são registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

2.15 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos será requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não é reconhecida uma provisão.

As provisões são constituídas para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal".

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

2.16 Capital social

As ações da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento de receitas**2.17.1 Prêmio de seguro e resseguro**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.12.1(a)). O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

2.17.2 Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre esses ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.19 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos de imposto de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% para as sociedades seguradoras.

Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Os principais itens sujeitos a estimativas e julgamentos são:

3.1 Avaliação de passivos de seguros

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2 Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia dispõe de um grande número de processos judiciais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos e informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões, seguindo os princípios da CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

3.3 Cálculo de valor justo e "impairment" de ativos financeiros

A Companhia aplica regras de análise de "impairment" para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de "impairment" para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment".

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, cotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.4 Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários a identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A gestão de riscos compreende as seguintes categorias:

• Riscos Financeiros

(a) Risco de Crédito: associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

(b) Risco de Liquidez: relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras.

(c) Risco de Mercado: aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

• Riscos de Seguro

(d) Risco de Subscrição: sendo este o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo da seguradora, devido a uma fixação de preços inadequada e a premissas de provisionamento incorretas.

• Riscos não Financeiros

(e) Risco Operacional: representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o de imagem.

(f) Outros: incluem os riscos de estratégia, legal/compliance, regulatório e socioambiental.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado da Companhia e os acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo para isso, aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, a Companhia exerce o gerenciamento dos riscos de modo integrado e de maneira independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais, e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional da Companhia e a conseqüente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível.

Refletindo o compromisso da Companhia com a gestão de riscos, destaca-se a existência da área de Gestão Corporativa de Riscos, cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente e integrada. Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos, foi criado permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado - CRI, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia possui um Comitê de Investimentos, responsável pela definição e monitoramento das estratégias de investimentos, que busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável em vez de concentrar exposições a fatores de risco que possam destruir o valor dos negócios. Ressalta-se ainda que para a definição das estratégias de investimentos é avaliado o perfil do passivo, sendo utilizada para isso a gestão dos ativos e passivos ("Asset Liability Management" - ALM), assim como são levados em consideração os requerimentos regulatórios.

O relatório completo descrevendo a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no "site" da Porto Seguro (www.portoseguro.com.br/solucoes-financeiras/investimentos), em "Relatório de Gerenciamento de Risco".

continua -*



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 Risco de crédito

O risco de crédito é composto pelos seguintes itens:
(a) Investimentos: a Administração tem políticas para garantir que limites, ou determinadas exposições ao risco de crédito, não sejam excedidos. Isso acontece através do cumprimento da Política de Risco de Crédito para os ativos financeiros que compartilham riscos similares, levando em consideração tanto a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações quanto seus fatores dinâmicos de mercado.

Os limites de risco de crédito são determinados com base no "rating" de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada conforme as políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não apresentam "rating" de crédito estabelecido por agências de crédito reconhecidas no mercado, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas pelos Comitês de Crédito e de Risco, com restrições colocadas sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito.

(b) Prêmios a receber: a exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida em certas situações em que a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira), caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e todas as políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro, bem como uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados, na qual é confirmado o perfil de risco desses segurados em agências de crédito para pessoas físicas e jurídicas, assim como o histórico de situações não usuais e pagamentos de prêmios de segurados recorrentes na renovação de contratos.

(c) Cessão de risco: cessão de risco de seguro é o mecanismo através do qual uma seguradora transfere parte dos riscos assumidos para terceiros autorizados. A Companhia possui uma política específica para gestão de cessão de risco que conta com limites de exposição por grupo econômico e tem o objetivo de minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de riscos.

A estrutura de limites baseia-se na classificação de força financeira ("Financial Strength Ratings") emitida por pelo menos uma agência de "rating" reconhecida internacionalmente - Standard & Poors (S&P), Moody's, AM Best ou Fitch.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros não vencidos nem com redução ao valor recuperável, detidos pela Companhia e distribuídos por "rating" de crédito de acordo com classificação interna, elaborada em linha com os "ratings" fornecidos por agências classificadoras de "rating". Os ativos classificados na categoria sem "rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Tesouro nacional brasileiro	Sem "Rating" / outros		Saldo contábil
		AA		
Caixa e equivalentes de caixa (I)	77.136	-	19.949	97.085
Total de aplicações financeiras (II)	872.862	166.713	2.140	1.041.715
- Empréstimos e recebíveis				
Prêmios a receber de segurados (III)	-	-	412.881	412.881
Recebíveis de resseguro	-	-	180	180
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013	949.998	166.713	435.150	1.551.861
Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012	752.117	121.475	352.351	1.225.943

(i) O montante classificado como sem "rating" refere-se aos valores em depósitos à vista em bancos.
(ii) As aplicações classificadas como "AA" referem-se a títulos privados pós-fixados.
(iii) Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas.

A tabela a seguir demonstra os ativos de resseguro detidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. A categoria de risco ("rating") foi atribuída pela agência de classificação de risco Fitch:

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de janeiro de 2012
Local	A	3.820	1.999	1.800
Total de ativos de resseguro (*)		3.820	1.999	1.800

(*) O total de ativos de resseguro é apresentado líquido da redução ao valor recuperável no montante de R\$ 24 em 2013 - (R\$ 120 em 2012) e é composto pelas contas "Operações com resseguradoras" e "Ativos de resseguro - provisões técnicas".

4.2 Risco de liquidez

A Companhia possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: (i) limites de risco de liquidez; (ii) simulações de cenários (teste de "stress"); e (iii) medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez são monitorados periodicamente e reportados à Alta Administração, incluindo uma avaliação prospectiva dos descasamentos das operações ativas e passivas, em cenários previamente definidos. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos de "stress" e cenários adversos de liquidez.

Na gestão de investimentos, o risco de liquidez é mitigado com a classificação que a Administração faz das aplicações financeiras, marcadas majoritariamente como "Para Negociação", possibilitando, assim, resgates e realocações dos recursos conforme o necessário. Adicionalmente, recursos próprios poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações assumidas em eventuais necessidades.

Fluxo de caixa contratual e não descontado (*)

	Sem vencimento	Fluxo de caixa contratual e não descontado (*)				Total	Saldo contábil
		0 a 30 dias	1 a 6 meses	7 a 12 meses	Acima de 1 ano		
Caixa e equivalentes de caixa	19.949	77.136	-	-	-	97.085	97.085
- Títulos para negociação							
Prefixados - públicos	-	-	-	-	414.760	414.760	414.760
Pós-fixados - públicos	-	56.823	-	-	191.404	248.227	196.068
Pós-fixados - privados	-	-	3.941	4.335	217.949	226.225	166.714
Índices de inflação	-	-	7.471	7.278	23.456	38.205	24.859
Outros	141	-	-	-	-	141	141
- Títulos disponíveis para a venda							
Índices de inflação	-	-	-	-	225.466	225.466	237.033
Ações	2.140	-	-	-	-	2.140	2.140
Total de aplicações financeiras	2.281	56.823	11.412	11.613	1.073.035	1.155.371	1.041.715
- Empréstimos e recebíveis							
Prêmios a receber de segurados	-	125.187	145.808	11.947	-	282.942	412.881
Recebíveis de resseguro	180	-	-	-	-	180	180
Total de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013	22.410	259.146	157.220	23.560	1.073.035	1.535.371	1.551.861
Total de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012	14.348	220.435	144.462	20.048	751.442	1.150.735	1.225.943
Total de ativos financeiros em 1º janeiro de 2012	9.401	310.804	199.286	22.484	440.751	982.726	954.399
Passivo de contratos de seguro (2)	-	-	621.131	181.046	15.369	817.546	1.147.286
Débitos de operações de seguro e resseguro	16.398	15.239	15.635	1.281	-	48.553	60.819

Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

4.3 Risco de mercado

A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de "stress" como ferramentas de gestão de risco de mercado. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Segue o quadro demonstrativo de sensibilidade dos instrumentos financeiros aos seus respectivos riscos de mercado em 31 de dezembro de 2013, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 475/08.

Para a análise de sensibilidade foram utilizados os seguintes cenários:

- Cenário I: aplicação do cenário provável de "stress" para cada fator de risco, dentre aqueles disponibilizados no "site" da BM&FBOVESPA.
- Cenário II: deterioração de 25% em cada variável de risco utilizada no cenário I.
- Cenário III: deterioração de 50% em cada variável de risco utilizada no cenário I.

Operação	Risco	Cenários de "stress" BM&F		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Prefixado	Taxa de juros prefixados em reais	(7.716)	(19.203)	(29.972)
Inflação	Taxa de cupons de índices de preços	(1.868)	(3.815)	(5.529)
	Taxa de juros pós-fixados em reais	(89)	(111)	(134)

As análises de sensibilidade aqui apresentadas demonstram os impactos nas carteiras de aplicações e são uma avaliação estática da exposição ao risco. Portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da Companhia, que aciona medidas mitigadoras de risco sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins

observações de frequência e severidade para cada ramo e/ou agrupamento de ramos.

- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros calculadas na data-base do estudo, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Taxas de juros de referência da SUSEP informadas pelo mercado para ativos e passivos. O indexador utilizado foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, que é predominante nos contratos padronizados da Companhia.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Informações sobre os riscos de crédito e liquidez das operações de seguros estão demonstradas nas notas explicativas 4.1 e 4.2, respectivamente.

4.4.1 Automóveis

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual, ou coletiva no caso de frotas. A Companhia divide o risco de subscrição proveniente da operação de seguros de automóvel em dois tipos de riscos: (a) risco de prêmios, gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; e (b) risco de provisão, gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos.

(a) Risco de prêmios

Para gerenciar o risco de prêmio em seguros de automóvel, a Companhia investe recursos substanciais em técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e para seguros novos. Para renovações, são utilizadas técnicas de otimização de resultados que permitem avaliar antecipadamente os resultados gerados a partir de diversos cenários que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados. As decisões são tomadas sempre considerando o melhor cenário que gera as melhores margens para o produto. Os resultados dessas decisões são formalizados, reportados para a Administração da Companhia e monitorados constantemente, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam reportados e corrigidos no menor espaço de tempo possível.

(b) Risco de insuficiência de provisão

O processo de determinação das provisões técnicas está sujeito à incerteza quanto ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro, porque eles poderão ser influenciados por índices de atualização, mudanças na legislação e sinistros de responsabilidade civil facultativa que possuem maior prazo para desenvolvimento, especialmente quando sujeitos a decisões judiciais. Para que se tenha maior controle desse risco, a Companhia tem as seguintes regras: cálculo centralizado, revisão constante das metodologias e premissas, e revisões internas e externas dos processos e das metodologias.

O dimensionamento das provisões técnicas leva em consideração o histórico do desenvolvimento do valor dos sinistros desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva, a utilização de metodologias atualizadas e reconhecidas pela comunidade atuarial e o entendimento dos processos e sistemas da Companhia, através do contato permanente com os departamentos operacionais de sinistros e subscrição. A principal ferramenta de monitoramento e teste de aderência das premissas e metodologias são os testes de consistência aplicados em diferentes datas-base, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas. Os testes são atualizados mensalmente e, sempre que identificados desvios, eles são analisados e os ajustes necessários são imediatamente implementados.

Exposição ao risco de seguro

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de seguro nas principais localizações geográficas onde a Companhia opera:

Localidade	Exposição máxima ao risco de seguro	
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
São Paulo	56%	58%
Rio de Janeiro	15%	16%
Região Sul	13%	11%
Outras regiões	16%	15%
	100%	100%

Medidas para mitigação de risco

Nos seguros de automóveis a Companhia utiliza de algumas medidas que comprovadamente reduzem a frequência de sinistros, tais como: dispositivo rastreador e localizador do veículo e gravação da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo. Para seleção de quais os veículos receberão tais dispositivos, é monitorado o histórico de ocorrência de roubos e furtos e estabelece critérios tais como modelos de veículos, valor elevado e regiões de circulação.

Testes de sensibilidade

Para visualização do impacto das principais premissas atuariais no resultado e patrimônio da Companhia são realizados testes de sensibilidade, cujos resultados são apresentados na tabela a seguir (líquidos de efeitos tributários):

Premissas atuariais	Impacto no resultado e no patrimônio líquido			
	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Bruto de Líquido de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5% na frequência de sinistros	(55.510)	(55.510)	(56.234)	(56.227)
Aumento de 15% das despesas administrativas	(489)	(489)	(536)	(536)
Aumento de 15% das despesas com sinistros	(566)	(566)	(758)	(758)
Aumento de 10% do percentual de recuperação de salvados	7.882	7.882	7.725	7.724
Redução de 5% do percentual de recuperação de salvados e ressarcimentos	(3.941)	(3.941)	(3.862)	(3.862)

4.4.2 Seguros de danos (exceto automóveis)

A Companhia oferece seguros de danos (exceto seguro de automóvel), assim representado:

(f) Seguro Residencial - oferece proteção contra danos ao imóvel e seu conteúdo. A Companhia emite apólices para residências habituais e de veraneio. O critério de indenização baseia-se nos valores de reposição até o limite contratado na apólice. Em algumas coberturas aplica-se uma participação obrigatória do segurado (POS), ou seja, uma coparticipação nos prejuízos indenizáveis em caso de sinistro. As verbas das coberturas poderão ser atualizadas a pedido do segurado.

Os prêmios são estabelecidos de acordo com a base de dados da Companhia, refletindo a experiência de subscrição e política de preços nos últimos 12 meses, inclusive para renovações. As principais exigências de subscrição são relativas ao estado de uso e conservação do imóvel. Poderá ser concedido desconto nos prêmios de acordo com o local segurado e experiência na Companhia.

Devido à imaterialidade dos seguros patrimoniais, a exposição máxima do risco de seguros e os testes de sensibilidade líquidos dos efeitos tributários não foram calculados.

**AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**4.5 Risco operacional**

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o estratégico e o de imagem. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada por todas as áreas na Companhia, de acordo com seus papéis, e conta com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, eliminar o impacto potencial desses eventos, isto inclui a construção de um banco de dados, a médio e longo prazos, de perdas internas de risco operacional com informações para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Porto Seguro, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

4.6 Gestão de capital

A Porto Seguro executa suas atividades de gestão de risco de capital por meio de um modelo de gestão consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para os segmentos de seguro e financeiro segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A estratégia de gestão de risco de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Companhia por meio da otimização do nível e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia.

Os principais objetivos da gestão de capital são: (a) definir a necessidade de capital equilibrando com racionalidade; (b) estabelecer perfil de capital alinhado com os objetivos estratégicos, planejando, na medida do possível, movimentos de expansão ou mudança de risco nos negócios; (c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças (não controladas) nas condições econômicas, regulamentares/legais e de mercado; (d) alocar capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista; (e) manter um "excedente de capital" prudente, garantindo a viabilidade econômica das empresas em situações adversas; (f) observar normativos emitidos pelos órgãos reguladores; e (g) garantir a liquidez da Companhia, a fim de não afetar negativamente os compromissos assumidos com clientes, fornecedores e parceiros, preservando a imagem da Companhia.

As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente está demonstrada na nota explicativa nº 22 (g).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Caixa e bancos	19.949	12.632	6.515
Equivalente de caixa (*)	77.136	67.108	182.011
	97.085	79.740	188.526

(*) Os equivalentes de caixa são compostos de operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos os quais estão incluídos a NTN e LTN.

6. APLICAÇÕES

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos e são demonstrados nas notas explicativas 4.1 e 4.2. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir:

6.1 Estimativa de valor justo

Dadas as características de curto prazo e as constantes avaliações de recuperabilidade que a Administração efetua, estima-se que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos.

6.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação

	Dezembro de 2013			Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos abertos							
Quotas de fundos de investimentos	56.184	-	56.184	57.912	-	57.912	55.598
Fundos retidos - IRB	141	-	141	107	-	107	129
	56.325	-	56.325	58.019	-	58.019	55.727
Fundos exclusivos							
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	139.885	-	139.885	6.457	-	6.457	29.824
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	414.760	-	414.760	478.287	-	478.287	229.045
Notas do Tesouro Nacional (NTN)							
Série B	4.676	-	4.676	140.643	-	140.643	94.151
Notas do Tesouro Nacional (NTN)							
Série C	20.183	-	20.183	1.726	-	1.726	5.247
Notas do Tesouro Nacional (NTN)							
Série F	-	-	-	-	-	-	8.207
Debêntures	-	56.444	56.444	-	38.944	38.944	29.458
Certificados de Depósitos							
Bancários (CDB)	-	1.807	1.807	-	12	12	19
Depósitos a prazo com							
Garantia Especial (DPGE)	-	3.447	3.447	-	4.214	4.214	1.541
Letras Financeiras - privadas	-	13.758	13.758	-	3.076	3.076	1.762
Ações de companhias abertas	-	-	-	275	-	275	339
	579.504	75.456	654.960	627.388	46.246	673.634	399.593
Carteira própria							
Certificados de Depósitos							
Bancários (CDB)	-	-	-	15.448	15.448		51.105
Depósitos a prazo com							
Garantia Especial (DPGE)	-	4.555	4.555	-	4.177	4.177	-
Letras Financeiras - privadas	-	86.703	86.703	-	55.206	55.206	-
	-	91.258	91.258	-	74.831	74.831	51.105
Total	635.829	166.714	802.543	685.407	121.077	806.484	506.425

O valor de mercado dos títulos públicos foi embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia não possuía contratos derivativos.

6.1.2 Títulos disponíveis para venda

	Dezembro de 2013			Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Carteira própria							
NTNs - Série B (i)	237.033	-	237.033	-	-	-	-
	237.033	-	237.033	-	-	-	-
Outros investimentos							
Ações do IRB (ii)	-	1.898	1.898	-	1.001	1.001	1.001
Outros	-	241	241	-	243	243	225
	-	2.139	2.139	-	1.244	1.244	1.226
Total	237.033	2.139	239.172	-	1.244	1.244	1.226

(i) O valor de curva dos papéis em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 235.758, gerando um ganho não realizado em Outros Resultados Abrangentes de R\$ 1.275.

(ii) Investimento avaliado ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações. Diante do processo de desestatização do IRB, em julho de 2013 a Companhia adquiriu novas ações no montante de R\$ 897, com o intuito de manter sua participação na sociedade.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Saldo inicial	874.836	689.662	610.993
Aplicações	1.005.163	456.069	534.647
Resgates	(832.172)	(345.603)	(531.252)
Rendimentos	71.024	74.708	75.274
Saldo final	1.118.851	874.836	689.662

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS**7.1 Prêmios a receber**

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012		1º de Janeiro de 2012	
	Prêmios a receber de segurados ao valor recuperável	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos	Prêmios a receber de segurados ao valor recuperável	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquidos
Automóveis	301.248	(273)	300.975	239.447	(205)	239.242
Resp. Civil facultativa - RCF	89.881	-	89.881	76.352	-	76.352
Assistência e outras coberturas - Auto	17.999	-	17.999	20.666	-	20.666
Compreensivo empresarial	1	-	1	151	-	151
Compreensivo residencial	305	-	305	414	-	414
Demais ramos	3.754	(34)	3.720	3.189	(167)	3.022
	413.188	(307)	412.881	340.219	(372)	339.847

7.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
	A vencer	393.082	322.805
Vencidos de 1 a 30 dias	19.629	16.693	9.881
Vencidos 31 a 60 dias	162	154	155
Vencidos 61 a 120 dias	117	118	154
Acima de 365 dias	199	449	863
	413.188	340.219	260.186
Redução ao valor recuperável	(307)	(372)	(750)
	412.881	339.847	259.436

Do número total de apólices emitidas em 2013, 78% foram parceladas em até 4 meses (76% em 2012).

7.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Saldo inicial	340.219	260.186	269.669
Emissões	2.050.256	1.627.438	1.338.576
Recebimentos	(1.905.855)	(1.483.840)	(1.284.927)
Cancelamentos	(71.432)	(63.565)	(63.132)
Saldo final	413.188	340.219	260.186

7.1.3 Redução ao valor recuperável

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Saldo inicial	372	750	814
Provisões constituídas	83	221	62
Reversão	(148)	(599)	(126)
Saldo final	307	372	750

As despesas/reversões de provisões para crédito de liquidação duvidosa foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" na Demonstração do Resultado (ver nota explicativa nº 27). Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

7.2 Outros créditos operacionais

São representados, principalmente, por valores a receber de segurados pela contratação de serviços complementares de assistência, garantindo a substituição ou reparação de vidros, faróis e lanternas e retrovisores.

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Aluguéis a receber	445	319	330
Outros	84	134	59
Redução ao valor recuperável	(30)	(30)	-
Créditos a receber	2.678	2.702	2.678
Redução ao valor recuperável	(2.469)	(2.493)	(2.469)
	708	632	598
Circulante	499	423	389
Não circulante	209	209	209

9. TRIBUTOS**9.1 Créditos tributários e previdenciários**

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Circulante	51	63	77
Antecipação Imposto de renda	6	12	-
Outros	57	75	77
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (vide nota 9.2.1)	29.083	27.688	26.865
Outros	13.834	11.643	10.368
	42.917	39.331	37.233

9.2 Tributos Diferidos**9.2.1 Ativo**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	1º de Janeiro de 2012	Consti- tuição	Reversão	Dezembro de 2012	Consti- tuição	Reversão	Dezembro de 2013
Diferenças temporárias (*)							
Provisão para obrigações legais - COFINS (I)	2.136	-	-	2.136	-	-	2.136
Provisão para obrigações legais - PIS (I)	1.582	-	-	1.582	-	-	1.582
Provisão para obrigações legais - INSS (I)	6.451	244	(379)	6.316	235	-	6.551
Provisão fiscal - outras (I)	2.473	-	-	2.473	-	-	2.473
Provisão para processos judiciais (II)	6.357	824	(706)	6.475	430	(279)	6.626
Outras (**)	7.676	1.249	(591)	8.334	1.618	(1.321)	8.631
	26.675	2.317	(1.676)	27.316	2.283	(1.600)	27.999

(*) Os créditos tributários são mantidos no ativo e foram constituídos nos termos da legislação em vigor. A Administração, utilizando estudos técnicos baseados em suas projeções futuras de resultados tributários e em outros fatores, estima as seguintes capacidades de realização:

(i) Provisão para obrigações legais e fiscal: em 1 ano se ocorre o desfecho das ações, de forma desfavorável para Companhia.

(ii) Provisão para processos judiciais: efetuada sobre processos envolvendo, principalmente, questões trabalhistas e cíveis, cuja estimativa de realização depende do trâmite do processo.

(**) Referem-se, principalmente, a não dedutibilidade de reduções ao valor recuperável e participação nos lucros a pagar.

A Companhia não possui ativos contingentes reconhecidos.

9.2.1.1 Estimativa de realização - provisões para obrigações legais

Os créditos tributários de diferenças temporárias sobre provisões para obrigações legais são efetuadas sobre processos envolvendo, questões tributárias, cuja estimativa de realização depende do desfecho da ação. Caso houvesse o desfecho de todas as ações tributárias classificadas como "obrigações legais", de forma favorável para a Companhia, os créditos tributários, em 31 de dezembro de 2013, realizar-se-iam no exercício corrente. Caso o desfecho fosse desfavorável de tais ações, os créditos realizar-se-iam nos seguintes prazos:

	Valor
2014	134.937
Total	134.937
Valor presente (**)	127.299

(**) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários.



* continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2.2 Passivo								10. OUTROS VALORES E BENS		
Natureza	1º de Janeiro de 2012	Consti- tuição	Reversão	Dezembro de 2012	Consti- tuição	Reversão/ Amortização	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Imposto de renda e contribuição social reavaliação de imóveis IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	3.343	-	(76)	3.267	-	(76)	3.191	26.342	34.879	36.108
	3.653	497	-	4.150	866	-	5.016	602	326	78
	<u>6.996</u>	<u>497</u>	<u>(76)</u>	<u>7.417</u>	<u>866</u>	<u>(76)</u>	<u>8.207</u>	<u>26.944</u>	<u>35.205</u>	<u>36.186</u>
9.3 Impostos e contribuições (a pagar) (*)								10.1 Bens a venda - salvados		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	Composição quanto aos prazos de permanência.			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Imposto de renda - IRPJ	6.161	4.254	(74)	Permanência até 30 dias	3.993	11.409	11.954			
Contribuição social - CSLL	2.233	1.581	(850)	Permanência de 31 a 60 dias	9.304	9.572	9.361			
PIS	487	410	280	Permanência de 61 a 120 dias	7.958	6.833	7.496			
COFINS	2.995	2.521	1.721	Permanência de 121 a 365 dias	4.875	7.854	7.498			
Outros Impostos	2	3	3	Permanência a mais de 365 dias	3.978	4.884	5.428			
	<u>11.878</u>	<u>8.769</u>	<u>1.080</u>		<u>30.108</u>	<u>40.552</u>	<u>41.737</u>			
9.3.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro								(-) Redução ao valor recuperável		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012		Os bens a venda - salvados da Companhia são compostos, principalmente, dos ramos de automóveis.			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Lucro antes do Imposto de renda, da Contribuição social e participações	249.180	121.777		11. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)			155.823	116.943	94.724	
Alíquota vigente	40%	40%		Automóvel			426	657	706	
Encargos (Imposto de renda e Contribuição social) a taxa nominal	(99.672)	(48.710)		Patrimonial			1	11	11	
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de imposto de renda e Contribuição social decorrentes de:				Outros			<u>156.250</u>	<u>117.611</u>	<u>95.441</u>	
Exclusões permanentes				O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses.						
Participações nos resultados	3.517	2.340		11.1 Movimentação			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Juros sobre o capital próprio	7.280	7.200		Saldo inicial			117.611	95.441	91.434	
Incentivos fiscais	2.392	690		Adições			306.240	113.392	208.906	
Dividendos recebidos	314	342		Baixas			(267.601)	(91.222)	(204.899)	
Outros	(1.739)	(589)		Saldo final			<u>156.250</u>	<u>117.611</u>	<u>95.441</u>	
Total de despesa com imposto de renda e Contribuição social	(86.785)	(37.945)		12. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS						
Despesa com imposto de renda e Contribuição social - corrente	1.123	782		Participação (%)			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Despesa com imposto de renda e Contribuição social - diferido	1.123	(782)		Dezembro de 2013			688	17	(8)	
Taxa efetiva	38%	34%		Resultado equivalente patrimonial			688	17	(8)	
9.4 Depósitos judiciais e fiscais								Dividendos recebidos/ outros		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	Franco Corretagem de Seguros			679	679	744	
INSS - autônomos	31.126	28.705	29.280	13. PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO						
COFINS	12.162	11.269	11.203	A Companhia detém certos imóveis comerciais, que são alugados a terceiros, em contratos classificados como contratos de leasing operacional, segundo o CPC 06. A Companhia utiliza o modelo de custo depreciado ("cost model", segundo o CPC 28) para avaliar esses ativos.			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (*)	3.329	3.287	11.672	Saldo no início			8.700	8.881	9.010	
Programa de Integração Social - PIS	7.357	5.889	5.837	Despesa de depreciação			(219)	(181)	(129)	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.709	5.726	1.956	Outras movimentações			402	-	-	
Imposto s/Circulação de Mercadoria e Serviços	4.073	3.787	3.771	Total de Propriedades para investimento			<u>8.883</u>	<u>8.700</u>	<u>8.881</u>	
Trabalhistas	3.510	3.894	4.898	O resultado com propriedades imobiliárias para investimentos da Companhia compreendem as receitas de alugueis, as despesas de depreciação e outras despesas com reparo e manutenção dos imóveis alugados a terceiros e totalizou R\$ 2.691 em 2013 (R\$ 2.634 em 2012).						
Contingências Cíveis	4.846	4.181	3.890	Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear, utilizando-se uma taxa ponderada anual de depreciação de 3,08%. A maioria dos contratos de aluguel tem opção de renovação por quatro anos e os alugueis são reajustados pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV.						
Outros depósitos fiscais	4.853	5.175	5.544	O valor justo desses imóveis em 31 de dezembro de 2013, era estimado em R\$ 36.229 (com base no valor de mercado da região onde os imóveis estão localizados) e o valor de custo depreciado é de R\$ 8.883.						
Sinistros	441	176	644	A tabela a seguir apresenta o total dos recebimentos mínimos de alugueis futuros para esses contratos:			Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	
	<u>77.406</u>	<u>72.089</u>	<u>78.695</u>	Em até um ano			3.325	2.739	2.910	
9.5 Outros créditos								Entre um a cinco anos		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	14. IMOBILIZADO			4.364	4.661	7.752	
Adiantamentos a funcionários	252	449	364	1º de Janeiro de 2012			<u>7.689</u>	<u>7.400</u>	<u>10.662</u>	
Adiantamentos administrativos	-	-	4	Saldo residual em dezembro de 2012						
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	491	1.687	1.685	Aquisições						
Bloqueios judiciais(*)	5.613	5.158	4.743	Baixas						
Provisão para riscos de créditos	-	(264)	(351)	Despesas de depreciação						
	<u>6.356</u>	<u>7.030</u>	<u>6.445</u>	Outros/transferência						
Circulante	252	449	368	Custo						
Não Circulante	6.104	6.581	6.077	Dezembro de 2013						
9.5.1 Depósitos judiciais e fiscais								Taxas anuais de depreciação (%)		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	15. INTANGÍVEL						
Adiantamentos a funcionários	252	449	364	1º de Janeiro de 2012						
Adiantamentos administrativos	-	-	4	Saldo residual em dezembro de 2012						
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	491	1.687	1.685	Aquisições						
Bloqueios judiciais(*)	5.613	5.158	4.743	Baixas						
Provisão para riscos de créditos	-	(264)	(351)	Transferências						
	<u>6.356</u>	<u>7.030</u>	<u>6.445</u>	Despesa amortização						
Circulante	252	449	368	Custo						
Não Circulante	6.104	6.581	6.077	Dezembro de 2013						
9.5.2 Depósitos judiciais e fiscais								Taxas anuais de depreciação (%)		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	16. CONTAS A PAGAR						
Adiantamentos a funcionários	252	449	364	16.1 Obrigações a pagar						
Adiantamentos administrativos	-	-	4	Dezembro de 2013						
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	491	1.687	1.685	Dezembro de 2012						
Bloqueios judiciais(*)	5.613	5.158	4.743	1º de Janeiro de 2012						
Provisão para riscos de créditos	-	(264)	(351)	Serviços de assistência						
	<u>6.356</u>	<u>7.030</u>	<u>6.445</u>	Participação nos lucros a pagar						
Circulante	252	449	368	Transações com partes relacionadas (33(ii))						
Não Circulante	6.104	6.581	6.077	Provisão de benefícios a empregados						
9.5.3 Depósitos judiciais e fiscais								Cheques emitidos e não compensados		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	Dividendos a pagar						
Adiantamentos a funcionários	252	449	364	Outras obrigações						
Adiantamentos administrativos	-	-	4	Circulante						
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	491	1.687	1.685	Não Circulante						
Bloqueios judiciais(*)	5.613	5.158	4.743	16.2 Impostos e encargos sociais a recolher						
Provisão para riscos de créditos	-	(264)	(351)	Dezembro de 2013						
	<u>6.356</u>	<u>7.030</u>	<u>6.445</u>	Dezembro de 2012						
Circulante	252	449	368	1º de Janeiro de 2012						
Não Circulante	6.104	6.581	6.077	Imposto sobre operações financeiras - IOF						
9.5.4 Depósitos judiciais e fiscais								Contribuições previdenciárias e contribuições para o FGTS		
	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012	Imposto de renda retido na fonte - IRRF						
Adiantamentos a funcionários	252	449	364	Imposto sobre serviços - ISS						
Adiantamentos administrativos	-	-	4	Outros impostos e encargos sociais						
CRMS - Consórcio para regularização do mercado segurador	491	1.687	1.685							
Bloqueios judiciais(*)	5.613	5.158	4.743							
Provisão para riscos de créditos	-	(264)	(351)							
	<u>6.356</u>	<u>7.030</u>	<u>6.445</u>							
Circulante	252	449	368							
Não Circulante	6.104	6.581	6.077							



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJNOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012		1º de Janeiro de 2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Danos (19.1)	1.142.582	1.138.962	933.640	930.269	725.915	724.477
Pessoas (19.2)	3.135	3.115	2.479	2.479	4.380	4.380
Total	1.145.717	1.142.077	936.119	932.748	730.295	728.857

19.1. Danos

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012		1º de Janeiro de 2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	895.803	895.803	707.789	706.196	530.434	530.391
Sinistros e benefícios a liquidar	207.860	206.046	191.082	189.531	171.341	169.993
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	37.099	35.293	32.174	31.947	22.008	21.961
Provisão de Despesas						
Relacionadas	1.413	1.413	-	-	-	-
Outras provisões técnicas	407	407	2.595	2.595	2.132	2.132
Total	1.142.582	1.138.962	933.640	930.269	725.915	724.477

19.2. Pessoas

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012		1º de Janeiro de 2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistros e benefícios a liquidar	2.975	2.975	2.317	2.317	4.200	4.200
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	154	134	162	162	180	180
Provisão de despesa relacionadas	6	6	-	-	-	-
Total	3.135	3.115	2.479	2.479	4.380	4.380

19.3 Garantia das provisões técnicas

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Danos (19.1)	1.142.582	933.640	725.915
Pessoas (19.2)	3.135	2.479	4.380
Previdência complementar (Nota 20)	1.569	1.486	1.379
Total das provisões técnicas	1.147.286	937.605	731.674
(-) Operações com resseguradoras	(3.640)	(1.802)	(1.438)
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB	(141)	(106)	(129)
(-) Direitos creditórios (i)	(339.362)	(278.747)	(206.055)
(-) Custo de Aquisição Diferidos (ii)	(111.604)	-	-
(-) Depósitos judiciais	(363)	(176)	(644)
Montante a ser garantido	692.176	656.774	523.408
Certificados de depósitos bancários - CDB's	-	15.447	47.268
Quotas de fundos de investimento	515.132	607.768	502.915
Letras financeiras	86.704	55.021	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	237.033	-	-
Garantias das provisões técnicas	838.869	678.236	550.183
Excedente	146.693	21.462	26.775

(i) A Circular SUSEP nº 461/13 possibilitou a dedução dos custos de aquisição diferidos liquidados, da necessidade de cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores.

(ii) Montante correspondente às parcelas a vencer componentes dos prêmios a receber e de apólices de riscos a decorrer.

19.4. Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro e resseguro

	Passivo de Contratos de Seguros	Ativos de Contratos Resseguros
Saldo em 1º de Janeiro de 2012	730.295	1.800
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	2.029.346	2.000
Fiscos expirados (*)	(534.203)	(423)
Pagamentos e recebimentos	(1.289.319)	(1.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	936.119	1.999
Novos contratos emitidos e sinistros avisados	2.810.339	3.021
Fiscos expirados (*)	(1.071.786)	(859)
Pagamentos	(1.528.955)	(341)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.145.717	3.820

(*) Refere-se substancialmente a amortização da PPNG, a sinistros encerrados sem indenização e demais reversões de provisões técnicas.

19.5. Desenvolvimento de provisões

A tabela abaixo mostra a movimentação das provisões para sinistros da Companhia, denominada de tábua de desenvolvimento de sinistros:

	Provisões para Sinistros (*) (em milhões)						
	31 de dezembro						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	88,5	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6
Sinistros avisados	-	336,5	422,9	572,9	770,4	875,9	970,0
Exercício atual	-	333,5	405,8	551,3	755,5	848,0	933,2
Exercícios anteriores	-	3,0	17,1	21,6	14,9	27,9	36,8
Pagamentos	-	320,9	451,3	539,7	733,2	857,1	952,7
Exercício atual	-	284,4	387,9	478,9	640,8	729,2	812,1
Exercícios anteriores	-	36,5	63,4	60,8	92,4	127,9	140,7
Provisões para sinistros no fim do exercício - bruto de resseguro	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6	194,9
Provisões para sinistros no fim do exercício - líquido de resseguro	97,5	114,2	83,9	116,8	158,6	176,0	191,2

(*) Não inclui DPVAT e retrocessão. A inclusão dessas provisões pode distorcer as informações apresentadas nesta tabela, tendo em vista que tais provisões não são materiais (retrocessão) ou são calculadas com base em diferentes metodologias (DPVAT). O critério de apresentação das provisões para sinistro é sua data de ocorrência.

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos de sinistros. A linha "sobra (falta) cumulativa" reflete a diferença entre o último valor da provisão reestimada e o valor da provisão estabelecida originalmente. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	Provisões e Pagamentos (em milhões)							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Provisões para sinistros (*)	88,5	101,1	116,7	88,4	121,6	158,7	177,6	194,9
Valor cumulativo e pago até								
Um ano mais tarde	30,0	36,5	63,4	60,8	92,4	127,9	124,1	-
Dois anos mais tarde	34,9	40,7	68,3	69,7	105,4	136,6	-	-
Três anos mais tarde	38,1	44,7	75,3	79,2	111,4	-	-	-
Quatro anos mais tarde	41,4	50,1	83,0	84,0	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	46,8	56,8	86,1	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	52,9	59,4	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	55,0	-	-	-	-	-	-	-
Provisões reestimadas								
Um ano mais tarde	32,3	25,2	28,4	35,2	30,1	36,8	39,4	-
Dois anos mais tarde	20,5	23,1	31,3	25,6	32,0	33,6	-	-
Três anos mais tarde	19,0	25,4	20,6	27,6	27,8	-	-	-
Quatro anos mais tarde	21,0	17,2	23,0	23,3	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	15,1	19,7	19,0	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	17,8	16,1	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	14,6	-	-	-	-	-	-	-
Sobra (falta) cumulativa - bruta de resseguro	18,9	25,6	11,6	(18,8)	(17,5)	(11,5)	(2,5)	194,9
Sobra (falta) cumulativa - líquida de resseguro	19,8	26,6	13,5	(18,8)	(18,4)	(7,8)	(1,6)	191,2

19.6. Provisão de sinistros a liquidar - judicial

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	36.680	35.330	30.678	29.659
Total pago no período	(5.027)	(5.001)	(2.866)	(2.878)
Novas constituições no período	21.994	21.338	13.956	13.643
Baixas da provisão por êxito	(2.060)	(2.060)	(1.190)	(1.192)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(8.327)	(8.114)	(3.994)	(3.994)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	169	168	96	92
Saldo final (ii)	43.429	41.661	36.680	35.330
Quantidade de processos	2.518	2.518	1.604	1.604

(i) Atualização monetária de acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

(ii) Não incluem saldos de DPVAT.

19.6.1. Prazo médio pendente de pagamento

A tabela a seguir demonstra o prazo médio de pagamento dos processos judiciais decorrentes de sinistros:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Até 30 dias	162	759
De 31 a 60 dias	190	706
De 61 a 120 dias	263	2.402
De 121 a 180 dias	411	1.815
De 181 a 365 dias	2.960	3.853
Acima de 365 dias	39.443	27.145
Total	43.429	36.680

20. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

De acordo com a Lei Complementar nº 109/01, as seguradoras não podem operar com previdência complementar, devendo constituir uma sociedade independente. No primeiro semestre de 2003, a Companhia transferiu parte de sua carteira para outras entidades no mercado. Para o montante referente ao "Plano Auxiliar Previdência", comercializado anteriormente pela Auxiliar Seguradora S.A. (empresa incorporada com denominação de Rio Branco Seguradora S.A.), a Companhia mantém na rubrica "Provisão de benefícios a regularizar" a parcela referente aos participantes que ainda não se pronunciaram com relação ao resgate total do citado plano de previdência, após a publicação de convocação em jornal de grande circulação.

21. OUTROS DÉBITOS A PAGAR - PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos, contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas. Os saldos e as movimentações das provisões para processos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2013			Dezembro de 2012			1º de Janeiro de 2012		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo									
Inicial	58.579	4.813	11.447	74.839	66.949	6.497	9.441	82.887	64.580
Constituições	1.671	615	8.780	11.066	621	707	2.147	3.475	1.022
Reversões	(2.015)	(1.525)	(8.551)	(12.091)	(10.357)	(2.391)	(141)	(12.889)	(850)
Atualização monetária	3.367	108	847	4.322	1.366	-	-	1.366	2.197
Saldo final	61.602	4.011	12.523	78.136	58.579	4.813	11.447	74.839	66.949
Quantidade de processos (unidades)	50	108	844	1.002	53	93	631	777	52

(a) Provisão para processos fiscais

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente da sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais são provisionadas, desde que a classificação da probabilidade de perda seja perda provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
COFINS (i)	12.162	11.269	11.203
PIS (ii)	7.566	6.680	6.654
INSS - autônomos (iii)	28.923	27.018	27.668
CSLL (iv)	4.502	4.478	12.506
ICMS (v)	4.044	3.766	3.745
Outras	4.405	5.368	5.173
Total de obrigações legais	61.602	58.579	66.949

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente à receita bruta.

Na ação movida pela Azul Seguros, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União.

Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia.

Na ação que discute a EC 17/97, houve o levantamento dos depósitos no montante de R\$ 1.054.

Na ação que discute a Lei 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) Instituto Nacional da Previdência Social - INSS autônomos

A Companhia discute judicialmente os valores relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras.

Na ação que discute a LC 84/96, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Companhia. Na ação que discute a Lei 9.876/99, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia.

Nestas ações movidas pela sociedade Azul Seguros houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL

A sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A sociedade discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição.



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) ICMS sobre salvados
A Companhia discute judicialmente a não incidência do ICMS sobre a alienação de salvados de sinistros. No julgamento do Recurso Especial a ação foi julgada procedente, contudo em seu voto condutor do acórdão, o Ministro Relator fez uma ressalva ao distinguir: a operação de venda que estaria fora do alcance da tributação do ICMS referindo-se somente aos bens salvados de sinistros imprestáveis ao uso a que se destinavam e excluiu, dessa maneira, os veículos recuperados de furto e roubo. Não obstante a oposição de embargos de declaração à época para demonstrar o não cabimento de tal distinção, tal recurso restou rejeitado pelo Tribunal.

Em cumprimento ao acórdão, foi requerido o levantamento dos valores depositados, porém não foi autorizado o levantamento integral do valor, em função da diferenciação proferida pelo STJ. Foi interposta Reclamação pela Companhia, a qual teve julgamento improcedente. Com o esgotamento dos recursos cabíveis, foi ajuizada Ação Rescisória para tentar desconstituir o acórdão proferido que veiculou a indevida distinção entre os salvados de sinistro para fins de não incidência do ICMS.

(b) Programa de recuperação fiscal - REFIS
Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS, instituído pelas Leis nº 11.941/09 e Lei nº 12.865/13, com os benefícios previstos na referida legislação.

Os pagamentos relativos à adesão foram efetuados à vista, com o recolhimento imediato dos tributos e/ou com o pedido de conversão de parte dos depósitos em renda da União.

Os benefícios trazidos pelo REFIS, o qual houve adesão das Sociedades, permitiu, com base no art. 1º, § 3º, I da Lei 11.941/2009 e Lei 12.685/13, a redução de 100% das multas de mora e de ofício, 40% das multas isoladas, 45% dos juros de mora e 100% dos encargos legais.

Os benefícios da adesão pelo programa de recuperação fiscal no resultado das Companhias foi o equivalente a R\$ 904. Segue o montante da dívida incluída no REFIS:

	Principal	Juros	Total
INSS Autônomos	1.940	368	2.308
Prejuízos Fiscais	806	371	1.177
	2.746	739	3.485

(c) Contingências para processos fiscais e previdenciários

A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e não são reconhecidas contabilmente, quando classificadas como perda possível ou remota. Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível tem seu risco total estimado em R\$ 29.502 (R\$ 27.681 em 31 de dezembro de 2012). A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados da Companhia.

(d) Provisão para processos e contingências trabalhistas

A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, equiparação salarial, descontos indevidos, reflexo das horas extras, descanso semanal remunerado e verbas rescisórias. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável.

Adicionalmente às provisões registradas existem outras ações judiciais no montante de R\$ 138 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2012) para os quais, com base na avaliação dos advogados a probabilidade de perda é possível, dessa forma, não há constituição de provisões.

(e) Provisão para processos e contingências cíveis

A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível, cujas ações judiciais apresentam objetos diversos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável.

Adicionalmente às provisões registradas existem outras ações judiciais, não registradas contabilmente, no montante de R\$ 6.771 (R\$ 4.676 em 31 de dezembro de 2012) para os quais, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos a probabilidade de perda é possível, não havendo constituição de provisões para esses processos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2013, o capital social autorizado subscrito e integralizado era de R\$ 200.000 (R\$ 180.000 em 31 de dezembro de 2012), dividido em 17.990.140 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. Em 23 de julho de 2013 foi aprovado pela SUSEP aumento de capital no montante de R\$ 20.000, conforme AGO de 28 de março de 2013.

(b) Reserva de capital
A reserva de capital foi totalmente incorporada ao capital social mediante AGO/E realizada em 28 de março de 2013 e aprovada pela SUSEP em 23 de julho de 2013.

(c) Reserva de reavaliação
Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 94 (R\$ 93 em 2012). Esse valor está sendo considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) Reservas de lucros

(i) Reserva legal
A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013 seu saldo era de R\$ 27.728 (R\$ 20.547 em 31 de dezembro de 2012).

(ii) Reserva estatutária
A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada semestre, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado à reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013 seu saldo era de R\$ 248.212 (R\$ 154.214 em 31 de dezembro de 2012). O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a próxima assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial
A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, bem como os ajustes decorrentes dos ganhos e perdas atuariais oriundos dos benefícios pós-emprego.

(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio
De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado ao dividendo mínimo obrigatório. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração do patrimônio líquido.

A administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 29 de outubro de 2013 e 12 de dezembro de 2013, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 15.470 (R\$ 15.300 em 2012), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos e os acionistas propostos (a serem aprovados na AGO/E de 28 de março de 2014) foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Lucro líquido do exercício	143.628	72.917
(+) Acréscimo depreciação reavaliação	94	93
(-) Reserva legal	(7.181)	(3.646)
Lucro básico para determinação do dividendo	136.541	69.364
Dividendos mínimos obrigatórios	34.136	17.340
JCP distribuído - líquido	15.470	15.300
Dividendos mínimos	18.666	2.040
Total de dividendos mínimos	34.136	17.340
Dividendos adicionais propostos	15.000	-
Total de dividendos	49.136	17.340
Total por ação (R\$)	R\$ 2,73	R\$ 0,96

(g) Demonstração do patrimônio líquido ajustado - PLA e margem de solvência

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Patrimônio líquido	477.962	372.269	319.672
(-) Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(688)	(679)	(744)
(-) Despesas antecipadas	(1.405)	(1.228)	(726)
(-) Ativos intangíveis	(792)	(440)	(557)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	475.077	369.922	317.645
Margem de solvência (I)	351.775	294.603	213.917
Capital base (II)	15.000	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	404.283	312.336	244.938
Capital de risco de crédito	23.220	25.047	51.177
Capital de risco operacional	13.018	-	-
Benefício da diversificação	(11.124)	(11.800)	(21.982)
Total de capital de risco (III)	429.397	325.583	274.133
Capital Mínimo Requerido (CMR) (maior entre I, II e III)	429.397	325.583	274.133
Suficiência de capital	45.680	44.339	43.512

23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(188.749)	(188.779)	(174.010)	(173.179)
PPNG - Riscos vigentes não emitidos	(834)	(834)	(4.920)	(4.920)
Outras provisões	499	499	(455)	(455)
	(189.084)	(189.114)	(179.385)	(178.554)

24. PRÊMIOS GANHOS

Os valores dos prêmios ganhos nos principais ramos de atuação estão assim compostos:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Automóveis	1.150.834	823.060
Resp. Civil Facultativa	332.827	236.121
Assistência e Outras	94.121	74.564
DPVAT	54.717	48.046
Compreensivo Residencial	2.527	2.670
Compreensivo Empresarial	682	1.270
	1.635.708	1.185.731

25. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)	Sinistros ocorridos	Índice de sinistralidade (%)
Automóveis	710.094	61,7	602.935	73,3
Resp. Civil Facultativa	174.560	52,4	146.186	61,9
Assistência e Outras	69.846	74,2	65.537	87,9
DPVAT	47.766	87,3	42.234	87,9
Vida em grupo	1.752	-	(43)	-
Compreensivo Residencial	384	15,2	475	17,8
Compreensivo Empresarial	231	33,9	297	23,4
Demais Ramos	3.208	-	2.890	-
	1.007.841	61,6	860.511	72,6

26. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Custos de aquisição	Índice de comissão (%)	Custos de aquisição	Índice de comissão (%)
Automóveis	219.722	19,1	172.263	20,9
Resp. Civil Facultativa	56.275	16,9	43.047	18,2
Assistência e Outras	16.501	17,5	14.018	18,8
DPVAT	784	1,4	707	1,5
Compreensivo Residencial	1.007	39,8	1.093	40,9
Compreensivo Empresarial	210	30,8	381	30,0
	294.499	18,0	231.509	19,5

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Custo de serviços (*)	31.850	44.530
Operações de seguros - DPVAT	271	171
Outras	1.694	995
Total de outras receitas	33.815	45.696
Despesas com cobrança	(6.321)	(4.716)
Comissão sobre custo de apólices	(173)	(15.835)
Despesa administração apólices	(20.917)	(12.789)
Encargos sociais de operações com seguros	(6.140)	(5.142)
Prevenção de riscos	(27.985)	(25.580)
Remuneração sobre cobrança assistência	(9.350)	(13.168)
Outras	(6.509)	(7.385)
Total de outras despesas	(77.395)	(84.615)
Outras receitas e despesas operacionais	(43.580)	(38.919)

(*) São representados pelo excedente entre o recebimento e repasse em fluxo de caixa nas operações de serviços complementares de assistência de vidros, faróis e lanternas.

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Pessoal	(35.136)	(31.890)
Serviços de terceiros	(13.018)	(4.804)
Localização e funcionamento (*)	(81.002)	(73.583)
Convênio DPVAT	(2.065)	(2.699)
Doativos e Contribuições	(6.016)	(759)
Outras	(5.620)	(4.684)
	(142.857)	(118.419)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro.

29. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
COFINS	(27.726)	(20.244)
PIS	(4.298)	(3.290)
Outras	(2.968)	(2.561)
	(34.992)	(26.095)

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Ganhos líquidos de variação no valor justo e receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	71.024	74.708
Receita de juros de:		
- Fracionamento de prêmios de operações de seguros	58.493	50.170
Variações monetárias dos depósitos judiciais	4.177	1.607
Outras	4.536	5.152
Total de receitas financeiras	138.230	131.637
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(4.313)	(1.638)
Operações de seguro	(4.473)	(3.916)
Outras	(997)	(600)
Total de despesas financeiras	(9.783)	(6.154)
Resultado financeiro	128.447	125.483

31. RESULTADO PATRIMONIAL

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Aluguel de imóveis	3.158	2.961
Resultado de equivalência patrimonial (*)	16	56
Outros	(467)	(327)
	2.707	2.690

(*) Ver nota explicativa nº 12.

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, entidade aberta de previdência complementar.

Nos termos do regulamento desse plano, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes, bem como pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 2% e 8% do salário de cada participante e a contribuição da patrocinadora corresponde a 2% do salário fixo do participante.

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal junto a Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais;
- (ii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela ligada Proteção e Monitoramento;
- (iii) Prestação de serviços de administração de carteiras contratados da ligada Portopar;
- (iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito entre a Companhia e a ligada Portoseg para pagamento de apólices de seguros;
- (v) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

(a) Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012	1º de Janeiro de 2012
Passivo			
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	11.240	8.189	8.319
	11.240	8.189	8.319

(ii) Resultado

	Dezembro de 2013		Dezembro de 2012	
	Despesas	Total	Despesas	Total
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	107.598	107.598	103.171	103.171
Porto Atendimento	6.619	6.619	881	881
Portopar	435	435	334	334
Proteção e Monitoramento	2.268	2.268	1.928	1.928
Portoseg	876	876	751	751
	117.796	117.796	107.065	107.065

(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração

Transações com pessoal-chave da administração, remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
Participação nos lucros - administradores	15.959	8.102
Honorários de diretoria e encargos	1.614	1.436
	17.573	9.538

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que abrange, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância,



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Comitê de Auditoria			Pares Empreend. Participações S.A.			Itaú Unibanco Holding S.A.		
O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.			Jayne Brasil Garfinkel	Ações	%	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Ações	%
			Cleusa Campos Garfinkel	18.285.878	26,41	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	1.284.289.710	25,54
			Bruno Campos Garfinkel	16.986.763	24,53	Outros	973.742.000	19,37
			Ana Luiza Campos Garfinkel	16.986.763	24,53	Total	2.769.998.000	55,09
			Total	69.246.167	100,00	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	706.169.365	66,53
			Rosag Emp. e Participações S.A.	Ações	%	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	355.227.092	33,47
			Jayne Brasil Garfinkel	2.975.004	100,00	Cia. E. Johnston de Participações	1.061.396.457	100,00
			Outros	10	0,00	Total	1.061.396.457	100,00
			Total	2.975.014	100,00	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	Ações	%
			Itaúseg Participações S.A.	Ações	%	Alfredo Egidio Arruda Villela Filho	386.587.638	7,07
			Itaú Unibanco S.A.	2.933.672.311	57,85	Ana Lucia de Mattos Barretto Villela	377.305.795	6,90
			Banco Itaúcard S.A.	1.582.676.639	31,21	Fundação Itaú Social	237.843.525	4,35
			Banco Itaú BBA S.A.	554.902.067	10,94	Fundação Petrobras Seg. Social - PETROS	313.980.404	5,74
			Total	5.071.251.017	100,00	Rudric ITH S.A.	269.087.478	4,92
			Itaú Unibanco S.A.	Ações	%	Outros	3.885.862.421	71,02
			Itaú Unibanco Holding S.A.	4.095.427.813	100,00	Total	5.470.667.261	100,00
			Total	4.095.427.813	100,00	Cia. E. Johnston de Participações	Ações	%
			Banco Itaúcard S.A.	Ações	%	Fernando Roberto Moreira Salles	1.200	25,00
			Itaú Unibanco S.A.	233.014.359.491	97,40	João Moreira Salles	1.200	25,00
			Itaú Unibanco Holding S.A.	1.277.933.118	0,53	Pedro Moreira Salles	1.200	25,00
			Outros	4.948.280.291	2,07	Walther Moreira Salles	1.200	25,00
			Total	239.240.572.900	100,00	Total	4.800	100,00
			Banco Itaú BBA S.A.	Ações	%	Rudric ITH S.A.	Ações	%
			Itaú Unibanco Holding S.A.	10.569.052	100,00	Maria de Lourdes Egidio Villela	855.307.609	100,00
			Outros	1	0,00	Outros	500	0,00
			Total	10.569.053	100,00	Total	855.308.109	100,00

DIRETORIA

FÁBIO LUCHETTI Diretor Presidente	FÁBIO OHARA MORITA Diretor Técnico	LUIZ ALBERTO POMAROLE Diretor	MARCELO BARROSO PICAÑO Diretor	JOSÉ LUIS SCHNEEDORF FERREIRA DA SILVA Diretor
ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Geral	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Jurídico	MANOEL SABINO NETO Diretor	CELSO DAMADI Diretor	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor

JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9

JOEL GARCIA - Atuário MIBA nº 1131

PARECER ATUARIAL

Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais:	segurados. Foram avaliadas as provisões técnicas constituídas, bem como as movimentações nas carteiras durante o ano de 2013, considerando o regime de competência atuarial. As metodologias utilizadas foram avaliadas por meio de testes de consistência.	Insuficiência de Prêmios, substituída pela Provisão Complementar de Cobertura pela Circular SUSEP nº 462/13.
(1) Realizamos a avaliação atuarial do exercício de 2013, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, para as operações de Seguros e Previdência da Azul Companhia de Seguros Gerais.	(3) Assim, a avaliação atuarial, referida no parágrafo (1), mostrou que as provisões técnicas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes às práticas atuariais aplicáveis.	(5) A solvência da Companhia foi reforçada pelos resultados dos Testes de Adequação de Passivos (TAP) realizados conforme o disposto na Circular SUSEP nº 457/2012.
(2) Nossos trabalhos foram conduzidos de acordo com os princípios atuariais e compreenderam avaliar a capacidade da Companhia em cumprir os compromissos assumidos, passados e futuros, com os	(4) Destaca-se não ter sido necessária a constituição da Provisão de	São Paulo, 13 de fevereiro de 2014
		Joel Garcia Atuário MIBA nº 1131
		Fábio Ohara Morita Diretor Técnico

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Azul Companhia de Seguros Gerais Rio de Janeiro - RJ	selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	super supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.	Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	<i>Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 examinadas por outro auditor independente</i>
Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras	Opinião	O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 2.1.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 25 de fevereiro de 2012. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.1.2 que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2012 (saldo de abertura). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2011 tomadas em conjunto.
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.	Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.	São Paulo, 13 de fevereiro de 2014
Responsabilidade dos auditores independentes	Outros assuntos	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.	Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 como informação suplementar, uma vez que esta demonstração não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades	Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna Contador CRC nº 1 SP 120424/O-8
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos		Deloitte.

Id: 1637432

Ligue, estamos do seu lado

ALERJ - Assembléia Legislativa
do Estado do Rio de Janeiro
_DISQUE IDOSO

08000-239191

Idosos

DEAPTI - Delegacia Especial de
Atendimento à Pessoa da Terceira Idade
_IDOSA

2235-3140
(021)

CEDEPI - Conselho Estadual do Idoso
_LIGUE IDOSO

2333-0190
(021)

**Crianças e
Adolescentes**

DPCA - Delegacia de Proteção
à Criança e Adolescentes

2334-5634